

Maria Luísa Cabral

APRESENTAÇÃO

A presente comunicação reflecte um trabalho em desenvolvimento, logo, incompleto. Para a sua redacção, centrámo-nos na problemática que origina esta investigação, clarificando questões terminológicas e conceptuais de forma a demonstrar a coerência do trabalho e concluindo com uma revisão crítica da bibliografia de modo a estabelecer o estado da situação sobre a temática em estudo.

A investigação que prosseguimos pretende inserir as ciências da informação num contexto histórico explorando a sua faceta de história das bibliotecas com o objectivo de colmatar uma lacuna identificada e sobre a qual nos alongamos mais adiante. Trata-se dum trabalho de investigação em história porque o conhecimento sobre a evolução das bibliotecas portuguesas também exige contextualização. As bibliotecas portuguesas reflectem a conjuntura portuguesa seja ela muito ou pouco influenciada pelo que se passava na Europa; sabe-se pouco sobre a origem e desenvolvimento das bibliotecas portuguesas e quando recuamos no tempo levantando questões sobre estas instituições culturais, conseguimos recolher bibliografia sobre os livros e as colecções, mas esses estudos debruçam-se sobre a produção tipográfica ou sobre a leitura. Claro que os livros e a leitura nos interessam mas não constituem o objectivo da nossa investigação. O que nos importa é precisar o momento do aparecimento e organização de bibliotecas fora das ordens religiosas e fora das casas nobres; o que procuramos é conhecer o momento de eclosão destas novas bibliotecas e respectivos criadores que romperam com a situação vigente. No nosso entender, a mudança acontece no final do século XVIII e, portanto, todo o envolvimento político e cultural ao longo do século XVIII, porventura com antecedentes anteriores, deverá ser considerado para que se consiga alguma luz sobre uma transformação que acabará por influenciar o futuro das bibliotecas portuguesas.

No amadurecimento desta questão, não foi indiferente a nossa preocupação com o património. Sempre nos pareceu que o entendimento sobre as bibliotecas portuguesas tinha um carácter muito utilitário e imediatista, desprovido de um conhecimento e fundamentação que, valorizasse num mesmo conjunto, a história das origens e do desenvolvimento institucional, as suas colecções, as suas responsabilidades passadas e a correspondente missão. A ideia de que as bibliotecas são meros lugares físicos de armazenagem é insuportável e, nesse sentido, impõe-se um estudo e conhecimento devidamente contextualizados do ponto de vista histórico que permita colocar cada biblioteca no lugar próprio dessa vasta galáxia constituída pelas instituições culturais portuguesas.

Nas bibliotecas, porém, são os seus intérpretes que mais prendem a nossa atenção. Algumas dessas personalidades são bastamente conhecidas; outras, porém, devem ser consideradas como agentes importantes na mudança de paradigma que as bibliotecas portuguesas sofrem em pleno século XVIII. Tudo isto fundamentado num axioma muito simples: não podemos estimar e preservar aquilo que desconhecemos ou aquilo sobre o qual só temos um vago conhecimento. E esta maneira de estar contribui também para preservar o nosso património, dando-lhe contornos de elemento construtor da nossa identidade colectiva. As bibliotecas portuguesas têm sido alvo de alguns estudos mas predominam as notícias, os pequenos artigos ou trabalhos com carácter monográfico. Falta compreendê-las, colocando-as ao nível das outras instituições culturais.

RAZÕES PARA UMA INVESTIGAÇÃO

A investigação em curso nasceu, assim, da constatação da inexistência, no conjunto da bibliografia da especialidade para o caso português, de estudos sobre bibliotecas patrimoniais na dupla perspectiva do aparecimento e fixação do conceito de biblioteca patrimonial, seu significado e responsabilidade, do ponto de vista cultural e histórico. A origem mal conhecida das bibliotecas patrimoniais portuguesas é inaceitável do ponto de vista histórico e prejudica a afirmação das bibliotecas portuguesas no conjunto das instituições culturais uma vez que se ignora aonde, quando e como, as suas responsabilidades se alicerçam. Pretendemos contribuir com esta investigação para atenuar essa lacuna.

Existe bibliografia portuguesa referindo bibliotecas patrimoniais ou património bibliográfico mas o que isso significa, o âmbito desses conceitos, a sua função na construção da memória colectiva, na construção da identidade, não é discutido. Os trabalhos que identificámos, publicados na passagem do século XX para o século XXI - e trata-se de uma vasta bibliografia - não nos parecem tratar do assunto na perspectiva que aqui introduzimos, como tentaremos deixar claro na revisão bibliográfica. Por seu turno, no século XIX a ausência desse debate, no caso das bibliotecas em oposição ao que acontece com os arquivos, é tanto mais estranho quanto, na segunda metade do século, as preocupações nacionalistas impregnadas de ideais românticos num rescaldo tardio do ideário da Revolução Francesa, parecem envolver todos os debates de cariz geral e, em resultado, assistimos à estruturação de áreas científicas como a arqueologia para o que contribuiu largamente a acesa convicção de que não se podia adiar a busca daqueles elementos que, em definitivo, caracterizavam e autonomizavam Portugal no conjunto da Península Ibérica. Sobre a ausência das bibliotecas, não parece excessivo concluir que as bibliotecas não merecem, no século XIX, a atenção que os arquivos alcançam certamente porque estes constituem um respaldo institucional indispensável ao exercício do poder político. Esta é, com certeza, uma primeira conclusão a reter: arquivos e bibliotecas,

considerados sempre como instituições muito próximas, não sofrem o mesmo tipo de desenvolvimento. Poderemos, então, arriscar que a falta de debate sobre bibliotecas patrimoniais, logo património bibliográfico, talvez indicie uma estabilização de conceitos que teria, então, ocorrido antes do século XIX. Na busca de uma resposta à nossa questão, recuamos ao século XVIII na expectativa de aí reconhecer a transformação a que aludimos. As circunstâncias que rodearam essa mutação conceptual constituirão parte integrante do objecto da nossa investigação.

A investigação centra-se, pois, sobre a evolução do conceito de património bibliográfico como elemento construtor da identidade: quando é que se dá a tomada de consciência sobre o significado das colecções reunidas nas livrarias que vão aparecendo? Quanto a nós, o momento de viragem acontece no período das Luzes, prossegue convictamente veiculado pelo ideário da Revolução Francesa, e encontra um ponto alto na afirmação e valorização do pensamento e cultura nacionais por oposição às culturas estrangeiras, conforme conceptualizado pelo Romantismo. Existiam livrarias conventuais e privadas - sendo a Real a mais privada de todas - mas o entendimento de que os livros, a sua utilização e fins, podiam desempenhar uma missão que transbordava as paredes das próprias livrarias e/ou bibliotecas, suportando uma elite, contribuindo mesmo para a manutenção do poder religioso ou político, constitui uma alteração de paradigma à altura das convicções das Luzes.

Para alicerçar esta ideia central, é indispensável perceber questões convergentes e que se relacionam entre si formando uma trama que se auto sustenta e, acima de tudo, sustenta a questão central. Não defendemos que a ideia tenha surgido do nada nem que possa ser atribuída a esta ou aquela personalidade. Defendemos, sim, que a ideia deve ter ganho consistência ao longo dum período bastante dilatado, recheado quer por factos históricos internos quer sacudido pelos ventos que sopravam do exterior, acabando por eclodir num determinado momento através dum porta-voz. Em nome da lógica da investigação, manteremos a hipótese de que esse momento decisivo se situa na segunda metade do século XVIII, depois das contribuições de personalidades tão variadas como Vicente Nogueira (1586-1654), Mendonça de Pina (1693-1743) ou Ribeiro Sanches (1699-1783) ou António Luís Verney (1713-1792), António Pereira de Figueiredo (1725-1797) ou João Pedro Ribeiro (1758-1839), políticos, intelectuais e diplomatas vários, personificado num porta-voz destacado embora não descartemos a hipótese do surgimento de outros porta-vozes. A investigação dirimirá a nossa hipótese a qual, no entanto, antecipadamente elege Frei Manuel do Cenáculo como a figura central, indiscutível para a compreensão da problemática em causa.

Ao reiterar que o século XVIII constituiu um cenário de mudança, no campo das ideias, da política, da ciência e da técnica, não acrescentamos nenhuma novidade. Que a Biblioteca da Universidade de Coimbra (1716), a Real Academia de História (1720), a Biblioteca do Convento de Mafra (1733) e a Real Biblioteca Pública da Corte (1796) nascem todas no século XVIII também é do conhecimento

geral. Que são todas instituições de iniciativa régia, também é conhecido. Muito significativamente, porém, diferem quanto à sua missão. E esta diferença, entre elas por um lado e, entre elas como um todo e as bibliotecas conventuais por outro, não é seguramente obra do acaso. Para além disto, entre semelhanças e diferenças, o facto da separação conceptual da Real Biblioteca Pública da Corte reflecte uma nova abordagem. Assiste-se à formação de uma célula nova, de uma vida nova, a um novo paradigma. Quem a concebeu, quem amadureceu o propósito, quem fez passar a ideia da criação duma biblioteca qualitativamente superior às outras, mercê das colecções mas sobretudo da missão atribuída, tem de ter um rosto e um nome. Acreditamos que D. Frei Manuel do Cenáculo é esse rosto ao conseguir a síntese entre um ponto de chegada (“caso”) e um ponto de partida (“modelo”) para recorrer à terminologia feliz de Freitas CARVALHO ¹ a propósito de D. Vicente Nogueira ainda que numa conjuntura absolutamente diferente.

QUESTÕES TERMINOLÓGICAS E CONCEPTUAIS

As bibliotecas, independentemente do período histórico, não são apenas os lugares físicos onde se guardam os livros. Encarar, assim, as bibliotecas seria considerá-las como simples armazéns, correspondendo a uma concepção redutora. Há aqui uma fissura na qual ancoramos o fio condutor da nossa investigação: a determinada altura da sua história, as bibliotecas sofrem uma mutação qualitativa e chamam a si parte da responsabilidade na construção da identidade. Tudo leva a crer que essa alteração conceptual e ideológica aconteça na segunda metade do século XVIII e que se concretiza com a fundação da Real Biblioteca Pública da Corte em 1796.

Na segunda metade do século XVIII, avulta a personalidade de Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814) pela confluência na mesma pessoa do interesse evidenciado quer por objectos museais quer por bibliotecas: mecenas, coleccionador e patrimonialista, interessado no ensino e na difusão do conhecimento, entusiasta genuíno pela formação de grandes bibliotecas, mormente da Real Biblioteca Pública. Frei Manuel do Cenáculo personifica as Luzes revelando duma forma esclarecida, e pré-monitória, preocupações com o “património” uma vez que a ideia concreta de património só ganha verdadeira dimensão científica e disciplinar, em Portugal, em pleno século XIX tipificada com a proposta de Mousinho de ALBUQUERQUE sobre a Batalha ² a qual aglutina e coroa os interesses acumulados.

Em dicionários como o de BLUTEAU (1712-1728) ³, ou o de MORAIS SILVA (1789) ⁴, verdadeiros marcos culturais, o termo “património” é utilizado numa acepção familiar, implicando a ideia material de herança, associado à ideia de passado, remetendo para o patamar do inviolável e do sagrado. Esta

concepção não reflecte o conjunto de preocupações culturais que começam a emergir basta pensar na intervenção de Frei Manuel do Cenáculo.

A expansão semântica do vocábulo “património” ocorre a partir de meados do século XVIII revelando, então, outros desenvolvimentos com certeza influenciados pela reforma do ensino na qual a crítica à escolástica deve ser considerada. Em contraposição à verdade indiscutível, desenvolve-se a necessidade de apresentar prova, de fundamentar. Os gabinetes de curiosidades, os museus, as academias, os laboratórios exprimem, todos, essa nova maneira de pensar. As provas, os documentos que se reúnem ganham enorme força neste novo quadro mental. Entre coleccionismo e patrimonialismo é quase impossível estabelecer uma linha divisória. Toda a actividade de Frei Manuel do Cenáculo, como coleccionador de objectos ou de livros, se enquadra na perfeição neste “admirável mundo novo”. Temos, aliás, para nós a convicção de que deve existir um paralelo entre a ascendência das explicações matemáticas e experimentalistas com o domínio da literatura instrumental sobre a confessional o que representa, efectivamente, um sinal de modernidade.

Clarificar o conceito de património impõe-se porque ele se constrói sobre os documentos que nos ocupam. Há oscilações mas não é o valor do documento *per se* que se altera; consoante o contexto institucional que o envolve, o significado sofre oscilações. Porque é que uma biblioteca nacional tem sobre o património uma percepção diferente daquela que tem outra biblioteca erudita? O que é que muda? Não são os próprios documentos, a sua qualidade e características mas a forma como esses documentos são encarados. Não se trata do objecto em si mas do seu fim e utilização. Da sua representação e leitura.

Uma biblioteca pode dispor de um “património bibliográfico” considerável (isto é, títulos na ordem das dezenas ou centenas de milhares) mas esse património pode não ser “nacional”, isto é, pode não representar a produção intelectual portuguesa (autor-texto-objecto segundo CHARTIER⁵) e, portanto, não contribuirá para a percepção da identidade nacional. Na verdade, para a definição de identidade nacional as obras deverão ser de autores portugueses e dispor das características intrínsecas - quer físicas quer imateriais - que lhe permitam aspirar à universalidade. Serão, então, consideradas como peças inalienáveis, isto é, como “património bibliográfico nacional”. Como consequência, o património bibliográfico nacional deve ser preservado e conservado até ao fim dos seus dias.

REVISÃO E ANÁLISE CRÍTICAS DA BIBLIOGRAFIA

O levantamento bibliográfico concluído pode ser dividido em dois grandes blocos: de um lado, a bibliografia publicada num período de afirmação do “património” como disciplina (séc. XIX), uma bibliografia que estrutura o nosso próprio património intelectual e que, de modo nenhum, pode ser

marginalizada e, de outro, a bibliografia reflectindo uma maior sedimentação e já direccionada para os sub temas que mais interessam à nossa pesquisa (de 1989 em diante).

Estudos e teorização sobre a questão do património em Portugal

Era importante perceber se, no período em que as preocupações com o estado do nosso património sobem de tom, a análise incluía o património bibliográfico ou não e, no caso da resposta ser afirmativa, como era entendida a expressão “património bibliográfico” e se também se fazia a ligação com o conceito de “identidade”. Com este objectivo, seleccionámos obras que se tivessem debruçado sobre a questão do património e da sua teorização no campo das artes, da conservação e do restauro em Portugal.

Desde o século XVIII, ou mesmo antes, regista-se uma preocupação e um afincamento generalizados por toda a Europa na identificação e recuperação de vestígios do passado⁶. Rapidamente, esses monumentos tornam-se emblemáticos sendo estimados como património, fosse arqueológico ou arquitectónico. A recuperação febril empreendida, de objectos e monumentos, denota uma reverência para com os antepassados⁷, no sentido de não deixar cair no esquecimento aqueles documentos, também livros, desta feita “livros de pedra”⁸ que, porventura, garantam um lugar singular no percurso histórico da humanidade.

A situação com o património preocupa políticos e intelectuais portugueses: as preocupações de restauro e conservação com o Mosteiro da Batalha ou com o Mosteiro dos Jerónimos testemunham a intervenção de carácter cívico e cultural assumida, respectivamente, por personalidades como Mousinho de ALBUQUERQUE ou Luciano CORDEIRO⁹ aliás como acontece para o campo arqueológico com Possidónio da SILVA (1878)¹⁰. O caso da Batalha é interessante. Mousinho de ALBUQUERQUE produz um relatório (1854) sobre o Mosteiro que só postumamente é publicado. Nele revela as suas preocupações sobre o estado de degradação a que chegara o Mosteiro da Batalha, incluindo descrições minuciosas dos problemas e da estratégia de intervenção adoptada para a recuperação indispensável a qual acaba por ficar interrompida com o afastamento de Mousinho do cargo, mas o principal interesse do Relatório reside na assunção teórica sobre o que deveria constar de uma intervenção de restauro com considerações técnicas de grande actualidade. Já anteriormente a Batalha, um conjunto todo ele simbólico desde sempre identificado com a Pátria e seus valores, fora motivo de consternação para Frei Luís de SOUSA (1623), para James MURPHY (1795), para o Cardeal SARAIVA (1827), também para Alexandre HERCULANO (1838) ou para Ramalho ORTIGÃO que considera a Batalha como o “grande livro de mármore” (*in O culto da arte em Portugal*)¹¹. Mas a Batalha, desgraçadamente, não constituía caso isolado. O texto referido de Ramalho ORTIGÃO, cuja

1ª edição é de 1896, é o mais longo, detalhado, crítico e demolidor testemunho da situação catastrófica em que o país deixara chegar os seus monumentos.

Cabe neste contexto lembrar as preocupações demonstradas pela Academia Real da História, logo nos anos vinte de Setecentos, em matéria de conservação dos monumentos antigos, estipulando que todas as antiguidades devem ser conservadas, que não podem ser destruídas nem danificadas e que todas as descobertas deverão ser comunicadas à Academia, cuidados contemporâneos a idênticas manifestações que surgem pela Europa. Todavia, convém recordar que Portugal, com o Alvará Régio de 14 de Agosto de 1721, promulgado pela Academia Real da História criada em 1720, se torna o primeiro país europeu a publicar legislação relativa à conservação do seu património ¹². E se o Alvará se debruça sobre edifícios, mármore, medalhas, esta medida da Academia vem na sequência da sua preocupação em inventariar os repositórios dos cartórios (arquivos). A modernidade da Academia, os seus fins, a sua organização, o suporte que dava ao rei e o que recebia dele, não surgem do nada. Segundo MOTA ¹³, a intervenção da Academia culmina um longo período de germinação, reflectindo com clareza o poder monárquico centralizado e absoluto. As ideais concretizadas no século XVIII sobre o património continuam em ebulição, atravessam todo o período pombalino (1750-1777), também o período liberal (1820-1836) e setembrista. Já no final do século XIX, recorrendo a Luciano CORDEIRO, a situação é assim sintetizada:

Ao passo que uns estudam os arquivos devem outros estudar os edifícios; enquanto uns soletram os códices, devem outros decifrar as pedras. Tanto nos primeiros como nos segundos estão os elementos para essa história, cujos resultados apenas enxergamos através da espessa nuvem de ignorância, que por todos os lados encurta o horizonte da nossa vista. Há certamente muito que aprender. Sem estudar, medir, analisar e comparar os monumentos, de nada valerão os esforços que se fizeram para escrever esse capítulo da vida do nosso povo. ¹⁴

Muito embora as iniciativas da Academia sejam precoces, não conseguimos vislumbrar um desenvolvimento consequente em matéria de conservação e restauro, isto é, a ideia não estaria suficientemente amadurecida o que, talvez, explique que decorra mais de um século até o assunto ser de novo retomado de forma decisiva o que acontece com a Memória inédita acerca (...) da Batalha, um marco na história da conservação em Portugal.

Também o texto de Luciano CORDEIRO, a propósito das obras nos Jerónimos e da derrocada interna em resultado de intervenções erradas, denuncia de forma insofismável como o problema da conservação e do restauro não teve o seguimento político e técnico que os momentos auspiciosos do primeiro quartel do século XVIII pareciam augurar. Com diferenças de minúcia, de igual modo as intervenções de HERCULANO, de Possidónio da SILVA ou de Vilhena BARBOSA ¹⁵ não diferem entre si

nem, curiosamente, das actuais no fundamental. O *corpus* de preocupações, de conceitos, de princípios teóricos é em tudo idêntico.

Os textos identificados permitem concluir que a situação descrita para o património monumental, ou afluída para o património arquivístico, não encontra paralelo no tocante ao património bibliográfico. O património bibliográfico parece ter sofrido percurso próprio e é sobre esta diversidade que nos pretendemos debruçar. As referências a “património bibliográfico” ou “arquivístico” identificadas constatarem um dado adquirido, como um ponto de chegada, apesar das muitas diferenças que os separam. Acresce ainda que, quanto ao “património arquivístico”, a conceptualização acontece por razões inadiáveis uma vez que o seu papel essencial para a fundamentação da história de Portugal é amplamente reconhecido ^{16, 17, 18} mas também não se adianta muito mais: os documentos existentes nos cartórios têm uma responsabilidade pragmática, servem para avaliar os actos jurídicos e administrativos e autenticar os factos históricos ¹⁹. Esta visão, aliás, continua a prevalecer nos estudos actuais e embora se reconheça nos documentos de arquivo o substrato como memória da nação, o lado orgânico e tecnicista dos arquivos é muito mais enfatizado (RIBEIRO 2000) ²⁰. Fosse por influência do momento político, fosse “a fim de possibilitar estudos de carácter histórico” ²¹, os arquivos têm um papel a desempenhar mas a responsabilidade dos documentos e das instituições na construção da identidade não foi explorada. Contrastando com esse papel de autenticação tão ao sabor do século XIX, os documentos das bibliotecas, pelo contrário, são analisados noutra perspectiva. A valorização é atribuída à peça em si mesma, fora da conjuntura, do tempo e espaço portugueses; os documentos de biblioteca apresentam-se, contrariamente, aos dos arquivos, descontextualizados. Ora, os documentos de biblioteca mesmo desintegrados de um qualquer contexto, mantêm o seu valor individual e intrínseco, valem por eles próprios e, nesse sentido, são sempre património. Mas a discussão sobre se esse património pode ser simultaneamente uma peça na construção da identidade, não é feita.

Quer se trate de bibliografia mais recuada no tempo (sobretudo século XIX), quer de bibliografia mais recente, para o caso do património bibliográfico não encontramos menção específica. Uma vez que o assunto não é referido, das duas uma: ou a clarificação está por fazer ou esse debate está ultrapassado porque já teve lugar no passado.

Sobre o património bibliográfico e bibliotecas em Portugal

Os títulos publicados nos últimos vinte anos em Portugal sobre património não abordam a questão da formação e génese do conceito “património bibliográfico”, como também não nos parece que tenham discutido a questão da “identidade” embora todos eles estruturem muita informação sobre

questões patrimoniais e forneçam enorme manancial bibliográfico. Acresce que a análise desta bibliografia revela dados os quais, comparados entre si, clarificam o curso da investigação em curso.

Num artigo publicado em 1997 ²², Maria Helena MAIA debruça-se sobre a teorização do conceito património arquitectónico, mas no início do trabalho, ao referir a formação e intervenção da Academia Real da História, atribui a esta uma responsabilidade que não se limita ao património arquitectónico nem arqueológico e aborda a questão da identidade, menção fugaz mas que despertou definitivamente o nosso interesse.

Em 2007, com a publicação da tese de doutoramento Património e restauro em Portugal (1825-1880) de Maria Helena MAIA, entrámos numa fase totalmente nova dos estudos patrimoniais em Portugal e este marco merece ser enfatizado. MAIA elabora uma verdadeira história do património e restauro em Portugal: enumera autores, refere as respectivas obras e intervenções directamente envolvidas com a questão do património e restauro, cita legislação, datas, revelando preocupações e posturas cujo conhecimento é indispensável para entrar no quadro mental Oitocentista específico. No entanto, tudo a propósito do património monumental continuando periféricas as observações feitas a propósito do património bibliográfico.

Outros trabalhos interessantes, são as teses de Lúcia ROSAS ²³ ou de Paulo Alexandre Rodrigues Simões RODRIGUES ²⁴ que, no seu conjunto, constituem uma magnífica introdução aos estudos do património e do restauro em Portugal no contexto da história de arte mas, também estas, deixam de fora as bibliotecas. As bibliotecas não gozaram a atenção e os cuidados que políticos e intelectuais dedicaram ao património monumental durante o século XIX e, nesse sentido, fica a pergunta: se as bibliotecas não mereceram atenção semelhante aos arquivos e ao património monumental, será que alguma vez terão recebido essa atenção? Admitindo que sim, então isso aconteceu antes ou depois de meados do século XIX? A data não é aleatória porque, em meados do século XIX, as transformações que varrem as bibliotecas conventuais, tornam esse período crítico para a compreensão das bibliotecas portuguesas no seu conjunto. O conhecimento da história de algumas grandes bibliotecas portuguesas tornava difícil aceitar que as incorporações bibliográficas do século XIX tivessem acontecido sem uma estrutura fosse ela qual fosse. Neste particular, é muito importante seguir António Martins da SILVA com a sua tese Desamortização e venda dos bens nacionais em Portugal na primeira metade do século XIX ²⁵. Numa listagem completa e explanada segundo uma sequência temporal muito clara, são enumerados os vários decretos que ditam a incorporação das respectivas bibliotecas das casas religiosas em departamentos do Estado. Na altura, os núcleos bibliográficos foram irremediavelmente divididos, destruindo a lógica interna existente. Perceber a origem deste desmantelamento pode lançar alguma luz sobre a origem e formação das genuínas bibliotecas patrimoniais. O trabalho de Martins da SILVA é importante para a nossa investigação na medida em

que identifica os vários destinos das diferentes bibliotecas, restando-nos procurar, nos documentos por ele identificados, referência às questões de identidade que temos vindo a levantar sendo que uma ausência sistemática será, à sua maneira, igualmente significativa. Ou seja, mais uma vez o silêncio existente faz-nos ponderar sobre o momento do aparecimento do conceito “património bibliográfico”. Apesar de, no seu conjunto, o estudo de Martins da SILVA deixar de se cruzar com os nossos interesses específicos, podemos concluir que no período à volta de 1836 o debate em torno do conceito “património bibliográfico” estava resolvido e isso é o que nos interessa registar. O objectivo de Martins da SILVA é esclarecer as questões político-administrativas e de carácter processual que as incorporações colocam e, assim, o problema da distribuição em função do conteúdo e do perfil da biblioteca receptora não é equacionado. Ao não ser equacionado poderá simplesmente significar que o problema já não se colocava porque, no passado, tinha sido resolvido. Assim, à medida que fomos mentalmente equacionando diferentes questões e que também fomos explorando a bibliografia, constatámos que os limites cronológicos oitocentistas iriam ser inevitavelmente ultrapassados; ficávamos cada vez mais seguros que deveríamos recuar no tempo e procurar no século XVIII o aparecimento, ou a simples sensibilidade, para essas mesmas questões. Aparentemente fora do âmbito que inicialmente havíamos definido, chegámos à tese de Isabel Ferreira da MOTA ²⁶ que acabou por se tornar crucial para a compreensão de certos aspectos políticos e culturais. O século XVIII marca um corte em relação passado e embora esse corte não seja ao longo do século sempre da mesma natureza ou não manifeste audácia constante, entendemos que também poderíamos considerar o mesmo período para observar o que foi acontecendo com as bibliotecas e a respectiva construção. Elegemos, assim, o período de D. João V (1707-1750) como marco temporal a montante (com a sua Livraria Real, com a Biblioteca de Mafra, com a Biblioteca da Universidade de Coimbra ou com a Academia Real da História), período que vem a culminar com toda a movimentação em torno da fundação da Real Biblioteca Pública da Corte (1796).

A forma como se foram constituindo as livrarias particulares e as bibliotecas “oficiais” (termo a que apenas recorreremos para as diferenciar das particulares) deverá fornecer-nos elementos que nos permitam reconhecer se existia nessa actividade alguma preocupação na reunião de obras que pudessem ser indispensáveis à compreensão da identidade portuguesa e justificação da autonomia da nação em termos ibéricos. Desenhando períodos muito largos, a tese de Isabel Ferreira da MOTA transporta-nos para pleno século XVIII quando D. João V criava a Academia Real da História (1720) ou construía a Biblioteca de Mafra (1733) e adquiria quantidades impressionantes de livros. Como defende MOTA, a Academia assumia-se como uma manifestação do poder real joanino e, nesse sentido, é muito importante seguir as medidas tomadas tanto no tocante à recolha de documentos nos cartórios (claramente uma manifestação do poder político centralizado) como as medidas

decretadas relativamente aos monumentos (interpretados em sentido lato) e a constituição das bibliotecas. MOTA regista a novidade que estas medidas constituem mas deixa, do nosso ponto de vista, por aprofundar as preocupações filosóficas que poderão ter estado na origem dessas medidas. O trabalho de MOTA, deixa clara a articulação entre D. João V e a recolha documental ordenada pela Academia Real da História numa manifestação – mesmo que incipiente – de preocupações patrimoniais.

Um outro estudo que mereceu sobremaneira a nossa atenção foi a tese de mestrado defendida por Paulo BARATA Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma (2003) ²⁷ para nós da máxima importância quando aborda as questões da arrecadação e distribuição, do entesouramento *versus* património bibliográfico, da conservação das espécies, do novo paradigma. Este trabalho entra decididamente no mundo das bibliotecas, tem como tema único e central as bibliotecas e sugere interpretações com base em documentos exclusivos à própria Real Biblioteca Pública. Trata-se de uma referência e análise exaustivas a documentos relativos ao processo de arrecadação das livrarias conventuais evidenciando as etapas sucessivas pelas quais o processo se vai desenvolvendo e ao qual não é estranha a intervenção da própria Real Biblioteca Pública da Corte que, naturalmente, estava “vacionada para centralizar e coordenar o processo de arrecadação das bibliotecas conventuais” (*obra cit.*, p. 26).

Outro aspecto importante abordado por BARATA é a questão do estado de conservação das obras que vão sendo incorporadas. Trata-se dum problema que está interligado com a questão patrimonial e importa, portanto, recolher o máximo de informação. Já sabemos que várias personalidades manifestaram a sua preocupação sobre o estado físico das obras mas o que falta perceber é se havia a sensibilidade para o facto desse processo de deterioração estar a colocar em causa a sobrevivência do próprio património, isto é, de documentos que poderiam ser essenciais à compreensão da identidade portuguesa. O trabalho de investigação de BARATA centra-se, como ele próprio o designou, na mudança de paradigma de livraria conventual para biblioteca pública e como é que a Real Biblioteca Pública se acaba por destacar mas não aborda a questão da construção da identidade, o paradigma patrimonial no qual estamos especificamente interessados. As incorporações fizeram-se na base da “separação de competências” (BARATA, p. 198) das bibliotecas receptoras mas resta apurar se as bibliotecas assim eleitas tinham responsabilidade na construção da identidade e tendo tido, como é que ascenderam a esse patamar. Este aspecto não tinha sido abordado por Martins da SILVA ²⁸ constituindo, pois, um desenvolvimento digno de nota. Toda a investigação aprofundada por Paulo BARATA vai no sentido de demonstrar a execução coerente duma política cultural de que as bibliotecas foram parte integrante e através da qual se privilegiaram as bibliotecas públicas (por oposição às conventuais ora extintas) e de como essa eleição correspondeu a uma mudança de

paradigma. Podemos concordar que houve uma transformação profunda, do religioso para o laico, do público restrito para um público alargado e fora de controlo, mas pensamos que o paradigma não é novo, recebe é um impulso vigoroso. Baseamos esta nossa afirmação nos princípios enunciados no Alvará de 29 de Fevereiro de 1796 constitutivo da Real Biblioteca Pública. A questão do desmantelamento das bibliotecas conventuais surge, pois, no cerne da problemática tendo-nos empurrado para a busca de mais informação sobre o assunto.

Somos, assim, remetidos para um estudo orientado por José Adriano de Freitas CARVALHO²⁹ no qual se equaciona todo o processo de desmantelamento das livrarias conventuais apesar das ordens dadas por escrito, com força de lei, sobre os cuidados a ter com o destino dos livros. E, muito perspicazmente, Freitas CARVALHO perante o desnorte instalado questiona se “os livros continuavam a não pesar”. É verdade que foram dadas instruções para não desmantelar as livrarias e proceder à sua inventariação. Mas a precipitação, as vicissitudes de natureza política interferiram de forma determinante. De inventários bibliográficos, rapidamente se caiu em inventários que sublinhavam o valor financeiro das obras com vista à venda em leilão. Depois de uma longa elaboração, sobre a valorização atribuída a cada obra, Freitas CARVALHO conclui que uma análise desses inventários “seria um bom índice de aproximação ao modo como os livros foram sendo olhados pela “nova” [sic] sociedade portuguesa”³⁰. Parece, pois, poder concluir-se que a preocupação com os livros foi bem mais materialista do que a legislação e regulamentação (a partir de 1834) ambicionaria, tendo dado lugar a um desvirtuamento.

Já afirmámos que a figura de Frei Manuel do Cenáculo sobressai no cenário cultural português da segunda metade do século XVIII. Pela sua importância e pelo facto do conjunto da sua obra se debruçar largamente sobre a criação da Real Biblioteca Pública da Corte e sobre a figura de Frei Manuel do Cenáculo, introduziremos aqui uma análise de conjunto aos trabalhos de Manuela D. DOMINGOS dedicados a essa dupla temática, sobretudo os publicados em 1990³¹, 1992³², 2006^{33, 34} e 2007³⁵.

O primeiro aspecto a referir, e que não passou despercebido a Manuela D. DOMINGOS, é a diferença existente entre o modelo desta nova biblioteca proposta por Cenáculo e as bibliotecas anteriores. Cenáculo, influenciado que estava pelo que vira e ouvira em Itália (por ocasião da sua ida a Roma em 1750), sente a necessidade de lançar novas bibliotecas que queria fossem das melhores da Europa. Esta ideia é uma constante nos trabalhos de DOMINGOS que a vai expondo e defendendo com base em citações do próprio Cenáculo. Neste sentido, a interpretação feita por DOMINGOS não é passível de contradição. Outro aspecto é a preocupação de Cenáculo, também recorrentemente referida por DOMINGOS, de pretender reconstituir a “memória bibliográfica” destruída pelo Terramoto (1755). É verdade que o próprio Cenáculo se empenhou em adquirir obras e que não se absteve mesmo de

fazer a selecção daqueles que mais poderiam interessar para a futura biblioteca (por exemplo a aquisição de obras da Livraria de D. José da Silva Pessanha) mas o que DOMINGOS não clarifica, quer porque não esteve preocupada com esse aspecto quer porque existirão omissões a esse respeito, é se Cenáculo ao referir-se à “memória bibliográfica” se referia de facto ao valor patrimonial, ao peso identitário das obras ou se apenas se referia ao valor material e “instrutivo” dos livros. Que valor tinham efectivamente os livros assim organizados para Cenáculo? Não vislumbramos através dos estudos de Manuela D. DOMINGOS sinais da sensibilidade de Cenáculo dirigidos para as questões patrimoniais e de identidade, questões para as quais procuramos respostas. Por exemplo, na análise que DOMINGOS faz sobre o peso que as diversas temáticas tinham no conjunto bibliográfico, a percentagem de livros de História era enorme (70%) mas para avaliar se esses títulos revelavam uma preocupação na reunião de obras com carácter patrimonial e de relevo na problemática da construção da identidade, teremos de saber que títulos eram esses ou, pelo menos, saber se determinados títulos constavam dessas listas. Este é um trabalho de identificação que terá de ser levado a cabo para poder distinguir dois tempos e para poder clamar para Cenáculo uma visão de modernidade. Ou seja, apesar do valor indiscutível dos estudos de Manuela D. DOMINGOS, pensamos haver ainda espaço para uma melhor aferição das verdadeiras razões que teriam estado por trás da vontade tão claramente expressa por D. Frei Manuel do Cenáculo em estabelecer uma biblioteca pública, razões que podem ter sido de duas ordens: por um lado, uma manifestação inequívoca do espírito que animava as Luzes e, por outro, completando a primeira influência, uma preocupação genuína de reunir, organizar e disponibilizar um conjunto de obras que aglutinassem entre si elementos construtores da identidade. Consideramos absolutamente incontornáveis todos os trabalhos de investigação sobre Cenáculo realizados por DOMINGOS mas estamos convictos de que a aplicação de um modelo diferente de análise permitirá ir mais longe. Por exemplo, nessa análise, será relevante introduzir as sugestões dadas por DARNTON sobre literatura devocional *versus* instrumental ou sobre leitura intensiva *versus* extensiva³⁶ porque estas nos parecem abrir outras perspectivas para a compreensão da mutação a que se assiste com a fundação da Real Biblioteca Pública da Corte em 1796.

Ainda neste domínio temático, deve ser considerado o trabalho de Fernanda RIBEIRO Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial...³⁷ publicado em Maio de 2008. Este é um trabalho de maior fôlego de RIBEIRO sobre questões de património e memória que já haviam requerido a atenção da autora³⁸. Em qualquer dos trabalhos, a verdadeira questão do património bibliográfico não é abordada tendo em conta aquilo que efectivamente nos interessa e, portanto, não recolhemos informação significativa. A questão do património é apenas abordada pela posição central que ela ocupa na acção de António Ferrão, sobretudo em tudo o que respeita a promulgação do diploma legal de 29 de Março de 1911 o qual dedica um cuidado especial às bibliotecas eruditas e aos seus

objectivos, mas não se debruça sobre a génese do conceito de “património bibliográfico”. De qualquer modo, pareceu-nos indispensável referir estes dois trabalhos porque se enquadram no conjunto da bibliografia referenciável.

CONCLUSÃO

Da leitura crítica destes títulos com interesse para a problemática em questão, retirámos elementos decisivos embora continuemos a pensar que a história do aparecimento e génese do conceito de património bibliográfico está por fazer e, sem ela, a história das bibliotecas portuguesas fica truncada.

Assim, a partir dos trabalhos de ROSAS e RODRIGUES, ganhámos um levantamento exaustivo no tocante ao património monumental, à construção duma nova área científica, a história do património e restauro em Portugal. Por seu lado, o trabalho de MAIA sobre temática idêntica mas muito mais sustentado, proporcionou bibliografia mais diversa e mesmo algumas observações pertinentes sobre património bibliográfico. Através do estudo de Martins da SILVA sobre a desamortização e venda de bens nacionais fomos introduzidos ao século XIX e também à questão patrimonial em geral dando-nos uma visão muito quantificada do problema. Fora do âmbito patrimonial propriamente dito, o estudo sobre a Academia Real da História de Ferreira da MOTA que nos fez passar a encarar o século XVIII com muito mais curiosidade e interesse, um século das Luzes personificado e girando à volta de uma instituição com incursões de interesse patrimonial que têm de ser consideradas. O estudo de P. BARATA que, pela primeira vez, entra sem peias no mundo das bibliotecas proporcionando o acesso ao riquíssimo Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional e abordando tópicos como entesouramento, conservação, organização de colecções cuja problemática é indispensável aprofundar. Por outro lado, a tese de BARATA sobre a eclosão de um novo paradigma de biblioteca, sendo questionável é seguramente muito sugestiva. Também não se pode descartar o importante trabalho de Freitas CARVALHO equacionando muitas questões sobre as bibliotecas conventuais entre as quais destacamos o debate em torno do seu destino. A contribuição dos estudos desenvolvidos por Domingos é decisiva uma vez que se tratam dos trabalhos mais consequentes sobre a Real Biblioteca Pública e o seu mentor. Finalmente, os trabalhos de Fernanda RIBEIRO sobre património documental e organização do sistema de bibliotecas em Portugal os quais vêm confirmar que, a nossa hipótese de situar o cerne da nossa investigação num período mais recuado da nossa história, não é sem fundamento.

-
- ¹ CARVALHO, José Adriano de Freitas – “El club de los señores de las bibliotecas muertas? Nota a propósito de la librería del Primer Marqués de Niza en el Portugal de mediados del siglo XVII”. In *Libro y lectura en la Península y América (siglos XIII a XVIII)*. [Salamanca] : Junta de Castilla y León, 2003. p. 187
- ² ALBUQUERQUE, Luís da Silva Mousinho de - *Memória inédita acerca do edifício monumental da Batalha*. Leiria : Tipografia Leiriense, 1854. p. 19-20
- ³ BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário português e latino, aulico...* Coimbra : no Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 10 vol.
- ⁴ SILVA, António de Morais – *Diccionario da língua portuguesa*. Lisboa : na Of. De Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 2 vol.
- ⁵ CHARTIER, Roger – *A ordem dos livros*. 1ª ed. Lisboa : Veja, 1997. p. 96
- ⁶ CHOAY, obra cit.
- ⁷ CONNERTON, Paul – *Como as sociedades recordam*. 2ª ed. Oeiras : Celta Editora, 1999.
- ⁸ HERCULANO, Alexandre – “Monumentos pátrios”. In *Opúsculos*. Lisboa : Bertrand 1904. vol. 2, p. 18
- ⁹ CORDEIRO, Luciano – *As obras dos Jeronymos*. Parecer apresentado á Comissão dos Monumentos Nacionaes em sessão de 7 de Novembro de 1895. Lisboa : Casa Portuguesa, 1895.
- ¹⁰ SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da – *Noções elementares de archeologia*. Lisboa : Lallemand Frères, 1878. [18], V, 314, [3] p.: il.
- ¹¹ ORTIGÃO, José Duarte Ramalho – “O culto da arte em Portugal”. In *Arte portuguesa*. Lisboa : Livraria Clássica Editora, 1943. Vol. 1, p. 25
- ¹² MAIA, Maria Helena - “Património e restauro no século XVIII português”. *Cadernos ESAP*. 2-3 (Dez. 1997) 103-115
- ¹³ MOTA, Isabel Ferreira da – *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2003. 391, [6] p. (Minerva História; 22)
- ¹⁴ CORDEIRO, Luciano - *Observações sobre o actual estado do ensino das artes em Portugal, a organização dos museus e o Serviço dos Monumentos Históricos e da Archeologia...*Lisboa : Imprensa Nacional, 1875.
- ¹⁵ BARBOSA, Inácio de Vilhena – *Estudos históricos e archeologicos*. Lisboa : Typographia Castro Irmão, 1874 (vol. 1); Porto: Livraria Internacional, 1875 (vol. 2)
- ¹⁶ RIBEIRO, João Pedro - *Observações históricas e criticas para servirem de memórias ao systema da diplomática portuguesa...*Parte I. Lisboa: Na Typografia da mesma Academia, 1798. [12], 152, [1] p.
- ¹⁷ RIBEIRO, João Pedro – *Memorias authenticas para a historia do Real Archivo...*Lisboa : Na Imprensa Régia, 1819.
- ¹⁸ BAIÃO, António – *O Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1929.
- ¹⁹ HERCULANO, Alexandre - “Monumentos pátrios”. In *Opúsculos*. 4ª ed. Lisboa : Bertrand, 1904 (1ª ed. 1838). Vol. 2, p. 5-56
- ²⁰ RIBEIRO, Fernanda – *O património documental: da memória das instituições à memória da nação*. Porto: [s.n.], 2000.
- ²¹ RIBEIRO, obra cit., 2000, p. 25
- ²² MAIA, obra cit.
- ²³ ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – *Monumentos pátrios : a arquitectura medieval – património e restauro (1835-1928)*. Porto : [Faculdade de Letras da Universidade do Porto], 1995. 2 vol.
- ²⁴ RODRIGUES, Paulo Alexandre Rodrigues Simões – *Património, identidade e história: o valor e significado dos monumentos nacionais no Portugal de oitocentos*. Lisboa : UNL/FCSH, 1998. 2 vol.
- ²⁵ SILVA, António Martins da – *Desamortização e venda dos bens nacionais em Portugal na primeira metade do século XIX*. Coimbra: [s.n.], 1989. XV, 627 p.
- ²⁶ MOTA, obra cit.
- ²⁷ BARATA, Paulo J. S. – *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*. Lisboa : Biblioteca Nacional, 2003.
- ²⁸ SILVA, obra cit. 1989

-
- ²⁹ CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Da memória dos livros às bibliotecas da memória*. Porto : Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 1998-2002.
- ³⁰ CARVALHO, *obra cit.*, 1998-2002, p. XIV
- ³¹ DOMINGOS, Manuela D. - “A caminho da Real Biblioteca Pública : dois documentos, 1775-1795.” *Revista da Biblioteca Nacional*. 2ª S. 3: 1 (Jan-Jun 1990) 139-160
- ³² DOMINGOS, Manuela D. - “Para a história da Biblioteca da Real Mesa Censória”. *Revista da Biblioteca Nacional*. 2ª S. 7: 1 (Jan-Jun 1992) 137-158
- ³³ DOMINGOS, Manuela D. - “Biblioteca de bibliotecas. A génese da biblioteca pública no pensamento de Cenáculo”. In *Frei Manuel do Cenáculo construtor de bibliotecas*. Coord. Francisco Vaz e José António Calixto. Casal de Cambra : Caleidoscópio, 2006. p. 23-45
- ³⁴ DOMINGOS, Manuela D. - *Casa dos Livros de Beja. Doação de Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte*. Apresentação de Jorge Couto. 2ª ed. Lisboa : Biblioteca Nacional, 2006. 65, [4] p.
- ³⁵ DOMINGOS, Manuela D. - “Frei Manuel do Cenáculo no panorama intelectual de Setecentos: o erudito e o mecenas”. *Revista Convergência Lusíada*. Rio de Janeiro. 24 (2007) 43-66
- ³⁶ DARN'TON, Robert – *The Kiss of Lamourette: reflections in cultural history*. New York: W.W. Norton & Company, 1990. p. 154-187
- ³⁷ RIBEIRO, Fernanda – *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial. A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965)*. Porto : CETAC: Afrontamento, 2008. 302 p.
- ³⁸ RIBEIRO, *obra cit.*, 2000